



O QUILOMBO DE SÃO JOSÉ DE ICATU: PRÁTICAS AGRÍCOLAS E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO E MANUTENÇÃO FAMILIAR NO CAMPO

Susana Silva Conceição¹, Bárbara Duarte de Souza², Yasmin Alves dos Santos³, Suzete Silva Conceição⁴, Thayana Cristina Andrade Rodrigues⁵.

1 Mestranda em Agronomia/ Fitotecnia da Universidade Federal do Ceará
(su_tseliot@yahoo.com.br) Fortaleza-Brasil

2 Mestranda em Antropologia da Universidade de Brasília

3 Especialista em Agricultura Familiar pela Universidade Federal do Pará

4 Graduada em Letras, habilitação em inglês da Universidade Federal do Pará

5 Mestranda em Agronomia da Universidade Federal Rural da Amazônia

Recebido em: 30/09/2014 – Aprovado em: 15/11/2014 – Publicado em: 01/12/2014

RESUMO

A pesquisa teve por objetivo compreender a dinâmica de relações do homem com o campo e as formas de trabalho e sistemas produtivos adotados nas áreas agrícolas da comunidade quilombola São José de Icatu, localizada no município de Mocajuba-PA. O reconhecimento do campo realizou-se mediante uma abordagem sistêmica, pois têm em vista que os recursos humanos capacitados ao desenvolvimento de pesquisas devem compreender que a realidade local é um constructo que varia de acordo com os olhares que se lhe aplicam. A pesquisa foi dividida em duas partes. A primeira apresenta um diagnóstico dos aspectos produtivos da comunidade, com observância para outras variáveis que constituem a situação verificada e que se condicionam mutuamente. Na segunda parte, são discutidas as problemáticas apontadas pelos remanescentes de quilombo com relação aos sistemas produtivos locais que refletem na manutenção e reprodução dos pequenos agricultores. A base produtiva local é em grande parte sustentada pelo cultivo da mandioca, direcionada para a produção de farinha, que se constitui a base alimentar dos agricultores e de suas famílias, além disso, as práticas extrativistas também representam papel relevante na geração de renda familiar. Em função das potencialidades, das limitações e da exequibilidade, tendo como referencial a leitura crítica da realidade (diagnóstico), percebeu-se que a comunidade atravessa hoje sérios problemas no que concerne a ampliação da produção por motivos que vão além da carência de mão de obra para o trabalho no campo, incluem-se aí, a perda de interesse pela agricultura (desagrarização), devida ao recebimento de benefícios sociais.

PALAVRAS-CHAVE: manutenção familiar, potencialidades, Quilombolas, sistemas agrícolas.

THE QUILOMBO OF SÃO JOSÉ DE ICATU: AGRICULTURAL PRACTICES AND CONTROL STRATEGIES AND MAINTENANCE FAMILY IN THE FIELD

ABSTRACT

The aim this research is to understand how occur the relation between human being and the Field as well the different ways to work and productive systems that was

implanted in the agricultural areas located in Mocajuba (PA) called São José de Icatu quilombola community. The recognition of the field was realized through systemic approach due to the the humans tools considered able to development of research was based on the the real situation of the community that is a construct that varies according to different glances that are applied to it. This research was divided in two parts. The first has a diagnosis of the community productive aspects observing another relevant aspects that reflects the situation aforementioned which are intrinsically related. In the second part has a discussion about some problems that were described by quilombolas in relation to the local productive systems that reflect in the maintenance of the farmers. The local productive base survive economically of the cultivation of cassava, mainly the flour production that is the most important staple food of the farmers and their families and beyond that the extractivists practices are relevant to bring much money to the families. Depending on the capabilities, limitations and feasibility, taking as reference the critical reading of reality (diagnosis), it was realized that the community is going through serious problems regarding the expansion of production for reasons that go beyond lack of handwork to field work, including the loss of interest in agriculture (desagravização), due to the receipt of social benefits.

KEYWORDS: agricultural systems, family maintenance, quilombolas, potential.

INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas são grupos étnicos, predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações com a terra, parentesco, território, ancestralidade, tradições e práticas culturais próprias. De acordo com a Associação Brasileira de Antropologia - ABA, o conceito de remanescente de quilombo “refere-se a grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar” (CRUZ, 2012).

Tais considerações versam sobre as manifestações de descendentes de africanos organizados em associações quilombolas que a partir da década de 1980, têm reivindicado o direito à permanência e ao reconhecimento legal de suas terras com base em usos específicos, bem como de práticas, crenças e valores igualmente específicos.

Em se assemelhando no plano conceitual e normativo com as populações indígenas na luta pela demarcação de suas terras, as lutas pela titulação das terras quilombolas demonstram que as fronteiras étnico-culturais no interior do Brasil sempre estiveram marcadas pela preservação do território invadido e por inúmeros conflitos que repercutem nos dias atuais LEITE, (2000), principalmente no Pará e Maranhão, estados de maior concentração de associações quilombolas do Brasil, segundo as estimativas da Fundação Cultural Palmares. A noção de quilombo, deve ser entendida como forma de organização, de luta contra os efeitos dos históricos processos de expropriação que reforçaram a desigualdade no campo definida em termos raciais.

A forte presença de grupos negros no estado do Pará, em especial, as encontradas na região do Baixo Tocantins, tem sido alvo de interesse de grupos de pesquisa, em função das mudanças socioeconômicas ocorridas na região que, influenciaram em suas dinâmicas. Em 1999, no ano da publicação dos resultados de um plano de trabalho sobre o mapeamento de comunidades negras no Pará, organizado pelas pesquisadoras ROSA MARIN & EDNA CASTRO (1999), o vale do

Tocantins apresentava 73 comunidades negras, a área de maior densidade demográfica identificada.

No entanto, as análises de reconhecimento e identificação desses grupos são complexas, pois há no rural brasileiro, um cenário que demonstra uma multiplicidade de sujeitos e inúmeras modalidades de identificação. Sendo assim, as comunidades remanescentes de quilombos fazem parte do vasto mosaico étnico, social, ecológico e cultural da estrutura agrária brasileira os quais, vêm reafirmando a tipificação segundo a sua identidade camponesa, por meio de sua relação de pertencimento com a terra WANDERLEY, (2000). As práticas de reconhecimento dessa população rural negra têm garantido grande visibilidade das relações entre raça e posse de terra no Brasil, uma questão bastante evidente no estado do Pará, uma vez que das 3.000 comunidades do país em processo de reivindicação da titulação de suas terras como remanescente de quilombos, 410 estão localizadas neste estado (TRECANNI, 2006).

Tendo em vista a pluralidade de práticas em fluxo no meio rural, correspondente ou não aos domínios de significado do termo “quilombola”, percebemos uma multiplicidade de formas, de resistência ou reação, para manter e ampliar os seus meios de vida (ELLIS 2000). De um modo geral, assinala-se a importância do desenvolvimento de estratégias autocontroladas pelos camponeses e agricultores de modo a criar e fortalecer sua autonomia em face de ambientes hostis que ameaçam ou restringem sua reprodução (CARVALHO, 2010). Não significa, todavia, afirmar que os mesmos buscam um “isolamento” da sociedade envolvente ou a construção de economias semiautônomas.

As estratégias produtivas multifacetadas do uso da terra, pelos diferentes grupos, em particular da comunidade quilombola São José de Icatu, se constituem no foco de análise deste trabalho. Assim, pretende-se apontar as estratégias de reprodução identificadas, refletindo sobre o papel da diversificação das atividades agrícolas, para a manutenção e reprodução familiar no campo, bem como demonstrar as problemáticas enfrentadas pelos agricultores no que se refere à composição familiar e sua relação com o uso da terra.

MATERIAL E MÉTODOS

Caracterização da área de estudo

O estudo foi realizado na comunidade quilombola São José de Icatu, sob domínio territorial do município de Mocajuba-PA, pertencente à região do Baixo Tocantins. A área de abrangência da comunidade começa no trecho da rodovia estadual PA-151, no Km 195 e vai até o km 200. As coordenadas geográficas de Icatu são: 02°39'53.7" de latitude sul e 49°35'18.3" de longitude W Gr. A atual São José de Icatú é uma área que corresponde a 2.000 ha. O acesso acontece por via terrestre através de vicinal com 5 km de extensão, com a entrada no quilômetro 198 da rodovia estadual PA-151, no trecho entre a cidade de Mocajuba e a cidade de Baião, e por via fluvial através do rio Tocantins com entrada pelo rio Tauaré para o acesso ao rio de Icatú que finda nos limites da comunidade.

Realização do Diagnóstico Rural Participativo: (DRP)

Os dados utilizados foram coletados durante dois períodos de campo em outubro e novembro de 2012, realizados com a equipe do Curso de Especialização em Extensão rural, sistemas agrários e ações de desenvolvimento da Universidade Federal do Pará, com o objetivo de cumprir as etapas previstas pelo Programa para

a aplicação de um Diagnóstico Rural Participativo, que consistiu na aplicação de um questionário e na promoção de reuniões públicas visando sondar alguns aspectos econômicos e sociais, bem como outras informações igualmente importantes relacionados ao modo de vida local e outras especificidades.

A abordagem pelo questionário estruturado foi acompanhada por entrevistas informais em que se obteve informações de 50, do total de 72 famílias residentes na comunidade. O critério adotado para a seleção dos entrevistados foi o aspecto produtivo, em que se considerou a diversificação da produção nos lotes (unidade produtiva familiar), também foram selecionados os integrantes-chaves da comunidade e membros da associação de Icatu. Basicamente, a elaboração do diagnóstico foi dividida em duas etapas: na primeira, objetivou-se conhecer as fontes de renda, sistemas produtivos e composição da unidade familiar, para isso foram usadas ferramentas previstas no DRP, como a elaboração de mapas em que os próprios moradores representaram aspectos considerados importantes sob a forma de desenhos e textos. Para a atividade foram usados: caneta hidrocor, lápis, borracha, apontador, giz de cera, e cartolinas.

Na segunda parte do DRP desenvolveu-se o Calendário das atividades socioculturais e agrícolas da comunidade. Para isso foi construído o Diagrama de Venn e árvore dos problemas. Por meio destas ferramentas, os presentes citaram as organizações e as instituições próximas e distantes a eles no sentido de atuação, intervenção e participação na comunidade, com a evidenciação de quais destas instituições são fundamentais para o desenvolvimento da comunidade, que significa basicamente a melhoria das condições e dos resultados produtivos. Para a atividade, foi utilizada cartolina e caneta hidrocor, giz e quadro negro.

Sendo assim, buscou-se compreender as problemáticas da comunidade sobre diversos olhares, envolvendo desde o campo social, econômico correlacionados com os mecanismos de apreensão da terra pelos indivíduos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O diagnóstico apresenta a discussão fundamentada a partir da análise dos dados colhidos entre cinquenta das 72 famílias, que compõem a comunidade, em que inicialmente primou-se pela compreensão do território aqui entendido como unidade socioespacial aonde situam-se as famílias e seus estabelecimentos agrícolas. Esta compreensão, é ressaltada por CAZELLA et al. (2009), ao afirmar que é principalmente na relação das famílias e dos sistemas de atividades com o território que as múltiplas funções da agricultura e do modo de vida rural podem se expressar.

Apesar de terem sido verificadas várias culturas, aquelas em que se pôde identificar o tamanho das áreas produtivas foram da mandioca, do açaí e do cacau. Deste modo, têm-se uma visão geral do tamanho das propriedades e das parcelas de área estabelecidas pra cada um destes cultivos (Figura 1).

A comunidade é majoritariamente constituída por propriedades de até dois hectares, representando 44% dos lotes agrícolas, mas um número considerável (20%) seja de propriedades de dois a três hectares, e (22%) são de propriedades agrícolas de três a quatro hectares. Ainda foi possível identificar espaços produtivos que, de certo modo, fugiam dos padrões observados, com áreas que variavam de 15 a 80 ha. Muito embora estas propriedades apresentassem extensas faixas de terra quando comparados a grande maioria dos lotes de pequenos produtores, os

sistemas produtivos eram baseados em monocultivo, da mandioca, enquanto que nos pequenos lotes agrícolas, predominava o sistema de policultivo.

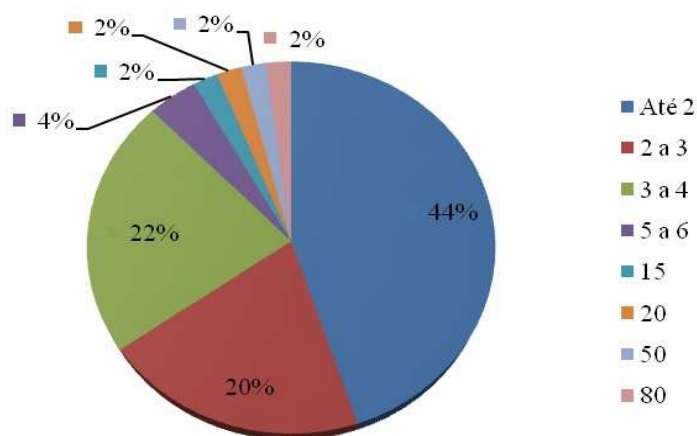


FIGURA 1: Tamanho das propriedades em hectare

Na figura 2 estão representadas as áreas de 45 produtores, dos quais obtivemos a informação. Todos eles apresentam o cultivo da mandioca como a principal atividade produtiva, destacando-se ainda as culturas do cacau e do açaí.

No caso do açaí, apenas 23 produtores informaram que possuem de 0,5 a 1 ha de área cultivada com a palmeira, ocupando desta forma, (43%), das áreas agrícolas, sendo percentuais consideravelmente maiores, encontrados para o cacau (53%), em lotes agrícolas de tamanho similar ao citado anteriormente, o que, de certo modo, implica em dizer que esta última atividade, apresentou um interesse mais acentuado ao longo da história dos agricultores quilombolas de Icatu.

Ficou evidente, que a estratégia de manutenção e reprodução familiar é pautada principalmente no cultivo da mandioca, a cultura ocupa em média, uma área de (0,5 a 1) ha em 73% das propriedades, e em 18% delas, ocupa uma área de 0,5 há, e nos lotes de 1 a 2 ha, o cultivo deste vegetal foi encontrado ocupando 18% dessas pequenas propriedades agrícolas.

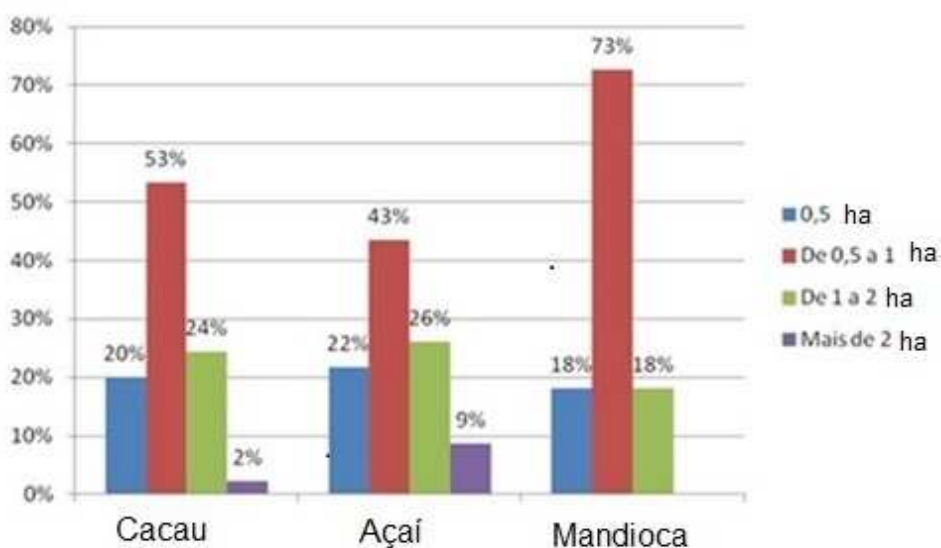


FIGURA 2: Percentual da distribuição das culturas por área

A mandioca é consorciada com o milho e com o arroz. Este consórcio é a atividade predominante escolhida por um número bastante representativo de agricultores da comunidade (35 famílias). Essas culturas foram selecionadas porque se acredita que as mesmas são mais adaptadas ao solo dada a sua rusticidade. A mandioca é o principal cultivo, pois dentre os três que compõem o consórcio é o produto que melhor agrega valor comercial, sendo as demais culturas, mais intensamente voltadas à alimentação animal, e no caso do arroz, parte dos grãos são levados para o centro de Mocajuba, para o beneficiamento, sendo esta gramínea utilizada estritamente para o consumo familiar.

Os subprodutos da mandioca, no entanto, têm venda garantida e ajuda no incremento da renda familiar, para a manutenção dos quilombolas durante o ciclo e para o investimento em recursos para o preparo da área agrícola. Funciona como moeda de troca em períodos em que as outras atividades agroextrativistas, sejam estas a coleta da castanha, açaí e cacau estão na baixa safra.

Os agricultores priorizam o cultivo desta raiz, dentre outros aspectos, por os tornarem menos dependentes do mercado externo, no que se refere à compra dos derivados deste vegetal. A comunidade não comercializa o produto in natura, sendo realizado o beneficiamento a partir do qual se obtêm a farinha d'água, que representa a base alimentar dos produtores. Além do comércio convencional, os agricultores praticam escambo¹, fazendo da farinha a moeda de troca por produtos que compõem a sexta básica, garantindo desta forma o sustento da família.

Os processos de beneficiamento da mandioca ocupam boa parte do tempo dos quilombolas, e envolvem práticas de roçado e preparo da terra durante o ano todo, no entanto, no mês de junho as atividades de produção e beneficiamento são intensificadas em função da “festa da farinha”. As etapas para o beneficiamento da raiz são realizadas em seis dias, nos quatro primeiros dias uma parte da mandioca colhida é separada e colocada de molho no igarapé; no quinto dia outra parte da mandioca, a que está seca é descascada juntamente com a parte molhada; depois, as duas partes são raladas em um ralador manual ou motorizado e espremidas no tipiti ou numa espécie de prensa. A massa produzida fica armazenada em um local chamado de “maceiro”; no sexto e último dia essa massa é coada na peneira e levada ao forno para ser torrada.

Os quilombolas comercializam o produto no mercado de Mocajuba e Baião, e por meio desta comercialização, obtêm as maiores receitas, quando comparadas às outras atividades agrícolas sendo estas: açaí, cacau e extrativismo da castanha. Na última safra, foram produzidos 52.470 quilos de farinha, dos quais, metade deste montante, foi destinado à comercialização. Cada saca de 30 quilos do produto oscila entre R\$ 40,00 e R\$ 70,00, dependendo da alta e baixa do preço no mercado o que gerou uma receita em 2011 de R\$ 51.841,50. (Tabela1)

Neste aspecto, as compreensões destas correlações concordam com as ideias de SILVA et al., (2011), quando diz que os camponeses estão parcialmente inseridos no mercado, parcialidade esta que não se refere ao grau de mercantilizarão, mas a possibilidade de reproduzir os meios de produção, sem precisar acessar mercados e fundamentalmente a flexibilidade entre consumo e

¹ Transação ou contrato em que cada uma das partes entrega um bem ou presta um serviço para receber da outra parte um bem ou serviço em retorno em forma de Crédito, sem que um dos bens seja moeda

venda que permite estratégia e temporariamente se retirar dos mercados, sem comprometer a reprodução familiar.

Aliado às necessidades de subsistência dos agricultores, não se pode deixar de considerar aqui os laços com os antepassados, uma vez que se tratam de práticas aprendidas e rotinizadas no decurso das décadas de ocupação daquele território. Para o entendimento destas escolhas produtivas e de seu desenvolvimento, considera-se que o olhar para o passado é fundamental para, compreender a sua relação com a transformação do espaço a partir da ação do homem (MARQUES, 2010).

As práticas relatadas podem representar uma diversidade de formas inventadas e reinventadas para enfrentar a realidade geográfica e climática da região. Os aprendizados historicamente adquiridos, os conhecimentos acumulados sobre manejo, como a complementaridade de atividades agrícolas e extrativistas, a forma de utilizar a terra, a lógica da agricultura e outros, constituem potenciais para a manutenção da organização socioambiental, por apresentarem as respostas desenvolvidas sobre os modos de conceber e utilizar as possibilidades do meio. Mas, este referencial, tem sido confrontado com lógicas diferentes que se verificam a partir da década de 90, com a criação da Associação, como se verá ao final deste artigo.

Deste modo, as origens históricas, e traços de ancestralidade, não nos permitem deixar de pontuar nesta discussão, que aliado às estratégias de geração de renda, pautadas nos trabalhos da roça, e introdução de cultivos perenes, os homens do campo, aqui em análise praticam o extrativismo vegetal, o qual assume importância como atividade principal e/ou complementar por famílias que vivem em áreas de florestas, e em particular na Amazônia. Ao longo da história da humanidade, esta atividade tem garantido a sobrevivência das populações. As bases produtivas de São José de Icatu são pautadas nas atividades agroextrativistas, sendo as principais citadas pelos produtores, faz-se a coleta de castanha do Pará (SIMONI, 2010).

O extrativismo da castanha é a segunda principal atividade geradora de renda, como observado na (Tabela 1), que embora seja praticada entre os intervalos das atividades da roça, possui um potencial considerável para o incremento da receita gerada pela comunidade. Somente no último período de coleta (novembro de 2011), os quilombolas de Icatu, conseguiram um montante de 13.290 quilos de castanha. Aproximadamente 90% deste total, foi comercializado, *in natura*, o restante foi utilizado pela comunidade na produção de massas para o preparo de beijus, farinha de tapioca e bolo comercializados no mercado local e em períodos de festividades na comunidade. A receita gerada com a atividade foi de R\$ 10.973 reais.

A castanha é repassada aos atravessadores que abastecem o mercado de Mocajuba, estes indivíduos estabelecem vínculos “contratuais” com a família Mutran, principal compradora e beneficiadora do produto nos mercados regionais. A empresa compra a oleaginosa por um preço muito aquém do mercado, o que é bom para a empresa e comprometedor para a renda familiar dos coletores de castanha.

Considera-se que os rendimentos brutos com a comercialização do vegetal, poderiam ser consideravelmente maiores. Um dos problemas que implicam em menores receitas, diz respeito à forma com que o produto é comercializado. Possivelmente, mediante o beneficiamento, que envolveria a retirada da casca, ou a produção de bombons, doces, a partir do vegetal, poderia agregar valor à castanha, o que refletiria no maior interesse no desenvolvimento da atividade pelos coletores.

Outro aspecto a ser ponderado é que as áreas em que se encontram as castanheiras são de difícil acesso, sendo consideradas por grande parte dos coletores de castanha, como áreas de risco. Este fato reflete nos menores volumes coletados e conseqüentemente nas menores receitas obtidas com o extrativismo da castanha.

O que se percebeu, no entanto, é que o espaço e as dinâmicas produtivas vêm sofrendo mudanças, as quais estão atreladas às perspectivas econômicas dos produtores, e sobretudo pela necessidade de introdução de atividades que exijam menos esforços produtivos. Deste modo, alguns dos quilombolas de Icatu, atentos à sua importância comercial e ao fato de que, segundo eles, o trabalho é menos penoso em relação aos da roça, manifestaram interesse em iniciar o cultivo do açaí, e alguns já começaram o plantio nas áreas destinadas a este cultivo como pode ser observado na (Figura 3).

Do total de produtores entrevistados, 24% deles, mostram-se interessados em iniciar o cultivo do açaí na área, alguns, inclusive, já haviam entrado em contato com órgãos como EMATER², solicitando treinamentos, capacitação de recursos humanos, que garantisse, de certo modo, o sucesso da implantação da palmeira na localidade. Já que as formas de manejo, técnicas de adubação, preparo do solo, para esta espécie, são desconhecidos pela grande maioria dos quilombolas. Um percentual considerável (30%) dos produtores, não demonstraram interesse em cultivar o açaí, o que deve ser atribuído ao fato de que um vasto número de açaizais são encontrados como espécie nativa, em áreas de ilha pertencentes a estes últimos agricultores, que relataram que as respostas produtivas são demasiadamente reduzidas, e que em função disto, não acreditam no sucesso da implantação do cultivo nas áreas de Icatu, sobre tudo, nas áreas de terra firme.

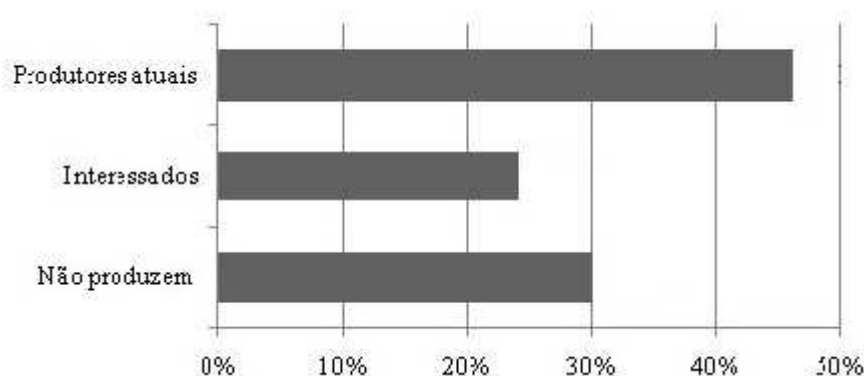


FIGURA 3: Porcentagem de produtores, não produtores e interessados no cultivo do Açaí.

A receita gerada com a comercialização do fruto do açaí pelos atuais produtores representa a terceira principal fonte de renda da comunidade. Um aspecto a ser considerado é que, atualmente, apenas uma pequena parcela de agricultores se dedica comercialmente à esta atividade que ainda assim se destaca pelos índices produtivos (Tabela 1). Tomou-se para este trabalho a consideração de *produtividade* elaborada por SCHNEIDER (2013), em que é considerada a associação entre a produção por unidade de terra, o trabalho e o capital empregado

² Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

(que pode representar gado, dinheiro, tempo, ou qualquer outro insumo, energia, água, nutrientes).

Das 23 famílias que se dedicam à coleta do açaí, apenas sete declaram comercializá-lo e conseguiram precisar a quantidade produzida e vendida. As diferenças produtivas são evidentes, pois produtores com a mesma quantidade de pés possuem índices produtivos bem diferentes. Nas áreas em que apresentam um estande de 50 e outras com estande de 1.250 palmeiras (uma área de aproximadamente 2 ha) foi feito o registro de produtividade média de 300 kg à 450Kg em ambas as áreas. Acredita-se que as formas de manejo agrícolas, utilizadas por cada quilombola, neste aspecto, influenciem diretamente nesses resultados, já que em algumas falas, foi possível perceber uma habilidade maior em lidar com os tratos culturais destinados ao cultivo do açaí.

A maior produção é referente à propriedade do "Informante 1"³, que declarou fazer as próprias mudas, plantando as sementes em sacos plásticos (três sementes por saco), nos quais deposita uma terra preta melhorada com caroços de açaí curtidos, estrume, pau podre, e terra queimada com os resquícios de cinza do roçado. As mudas são produzidas nos meses de outubro a novembro.

O cacau também é coletado e vendido depois do beneficiamento de suas sementes, desta forma o valor total obtido com o comércio é de R\$ 8.376,00, e o volume vendido é de 2.120 Kg por ano. A comunidade vende as sementes secas deste fruto à R\$ 4,00 o Kg. As empresas vinculadas à indústria de chocolates, e doces, são as principais compradoras da semente beneficiada.

Os dados deste sistema de produção, são escassos pois nem todos souberam precisar os valores necessários para uma exposição adequada da situação da produtividade do fruto na comunidade (Tabela 1).

TABELA 1: Atividades agroextrativistas que se destacam na dinâmica produtiva da comunidade, e receitas obtidas na safra de 2011.

Atividades	Qtd. Produzida (Kg)	Qtd. Vendida (Kg)	Valor total obtido/safra
Agroextrativistas			
Mandioca (farinha)	52470 Kg	25530 Kg	R\$ 51.841,50
Castanha	13290 Kg	11955 Kg	R\$ 10.973,00
Açaí	11385Kg	4830 Kg	R\$ 8.580,00
Cacau	2120 Kg	2120 Kg	R\$ 8.376,00
Cupuaçu	1220 Kg	1100 Kg	R\$ 550,00
Total Obtido			R\$ 80.320,50

Muito embora, sejam claras, que as atividades desenvolvidas mostram-se potencialmente promissoras, e têm garantido ao longo da trajetória histórica da comunidade a manutenção e reprodução social dos agricultores, é notório que a estrutura da composição familiar, não tem permitido aos agricultores de Icatu, melhores desempenhos produtivos. Aqui, definiu-se a família rural como: [...] a unidade que se reproduz em regime de economia familiar e desenvolve qualquer processo biológico sobre um pedaço de terra, "situada" num território com

³ Termo criado para preservar a imagem dos quilombolas, que nos informaram a situação dos seus lotes produtivos.

determinadas características socioeconômicas, culturais e ambientais (MAUAD apud CARNEIRO e MALUF, 2003, p. 22-23). Em algumas famílias a maioria dos residentes são adultos e idosos como pode ser observado na (Figura 4) que trata sobre a Unidade Trabalho Familiar (UTF).

Como se percebe, 64% das famílias apresentam a Unidade de Trabalho Familiar (UTF) baixa o que corresponde de 0 a 3.0, valores estes que representam uma composição familiar composta basicamente por adultos na faixa de 40 anos e idosos com mais de 60 anos. Observou-se que 30% das famílias entrevistadas apresentam UTF média, com valores que correspondem 6.0, o que nos indica que a idade dos familiares variam entre e 35 e 39 anos, idades estas consideradas com capacidades produtivas com certos graus de limitações, este resultados corroboram com as análises de CHAYANOV, (1974) que ressalta que a família constitui-se na unidade-chave para explicar o processo de tomada de decisões dos indivíduos no que se refere à produção, à alocação da força de trabalho.

Os menores percentuais 6% foram obtidos pelas famílias que apresentam indivíduos na faixa etária de 13 a 25 anos, o que representa as maiores UTF com 6.1. São representados pelas famílias formadas recentemente, ou ainda por casais que possuem em média de 4 a 5 filhos adolescentes com grande capacidade para trabalho no campo, o que favorece as práticas agrícolas a diversificação e intensificação produtiva. Parte das famílias com as menores UTFs são devidas também a um expressivo número de crianças na composição familiar com idades entre 3 a 7 anos e que não participam das atividades da lavoura.

Este fato faz com que a renda dessas famílias obtida nas atividades agrícolas sejam menores e por isso, esses quilombolas têm procurado novas estratégias de sobrevivência, obtendo a renda por meio de trabalhos externos às propriedades rurais, e logo, menos penosos ALVES & MOTA (2012), e CAJADO et al., (2013) encontraram resultados similares aos obtidos neste trabalho nas comunidades agrícolas: Nossa Senhora de Lourdes, Estado do Pará e em comunidades do estado do Ceará respectivamente, em que as famílias alocavam a maior parte da mão de obra para atividades não agrícolas, fazendo-se necessário, muitas vezes, recorrer à mão de obra externa à propriedade para o desenvolvimento das atividades agrícolas.

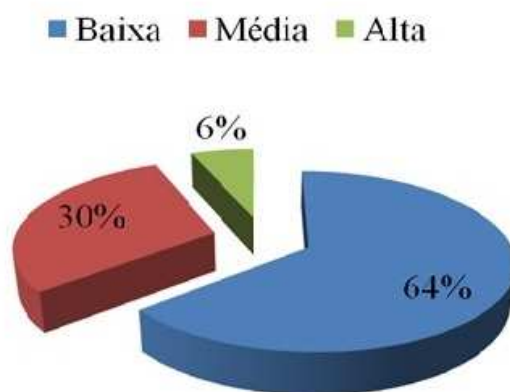


FIGURA 4: Unidade Trabalho Familiar (UTF).

Sendo assim considera-se que estes resultados obtidos, forçaram a profundas

mudanças comportamentais, correlacionadas ao capital social da família que está intrinsecamente relacionado à capacidade de organização e decisão que as famílias possuem na alocação de sua mão de obra, tendo com prioridade a reprodução familiar. Para CHAYANOV (1974), o recurso às atividades não agrícolas constitui-se em uma estratégia de alocação da força de trabalho familiar frente aos condicionantes da unidade produtiva agrícola. Outra forma de obtenção de renda, verificada na comunidade faz-se mediante a aquisição de aposentadoria, ou benefícios vinculados à programas do governo federal (Figura 5).

Diante disto, percebe-se que as reduções das atividades na lavoura são devidas, em parte, ao recebimento de benefícios sociais pelos agricultores. Dentre os principais benefícios obtidos estão a bolsa família, auxílio defeso, aposentadoria, dentre outros, cujo acesso é facilitado pelo fato de serem remanescentes de quilombo. Entre as famílias que apresentam elevados números de idosos, os principais benefícios são a aposentadoria e auxílio defeso.

Das 50 famílias entrevistadas 44% delas recebem predominantemente recursos provenientes da bolsa família, sendo então o principal benefício recebido pela comunidade e o que tem contribuído em maior grau para que os agricultores reduzam as atividades agrícola, já que as receitas geradas com este benefício, em algumas famílias, mostraram-se superiores àquelas obtidas com a produção agroextrativista.

O programa Bolsa Família é um projeto do governo federal através do qual se realiza a transferência direta de recursos financeiros para aproximadamente 13 milhões de famílias de baixa renda, o que corresponde a cerca de 53 milhões de pessoas, ou 27% da população total do país. O principal objetivo do programa é reduzir a pobreza e garantir a segurança alimentar para a população atendida. O PBF é direcionado a famílias que possuem uma renda mensal per capita de até R\$140,00, e a manutenção no programa é condicionada ao acompanhamento médico e à frequência das crianças nas escolas. O valor do benefício mensal recebido em cada domicílio pode variar entre R\$32,00 e R\$306,00, conforme o número e a idade dos filhos, bem como outras condições das famílias (BRASIL, 2012). Sendo assim, ao longo de sua história, esses produtores mantiveram estratégias de segurança alimentar que vêm sendo afetadas diretamente por políticas públicas assistencialistas.

Muito embora a maior parte das comunidades quilombolas identificadas pela Fundação Cultural de Palmares vivam nos espaços rurais, a condicionante do espaço, não implica à estes que a agricultura seja a principal atividade geradora de renda por eles desenvolvidas FCP, (2014). Deste modo, acompanha-se um processo de *desagrarização*, representa uma forma de responder a um meio rural em transformação, no qual a execução de atividades agrícolas tem sido desestimulada por outras oportunidades de obtenção de receitas, desenvolvimento de atividades externas, benefícios como o bolsa família que impõe uma nova dinâmica ao agricultor, que passa a perceber as atividades agro extrativistas como um trabalho penoso e impraticável.

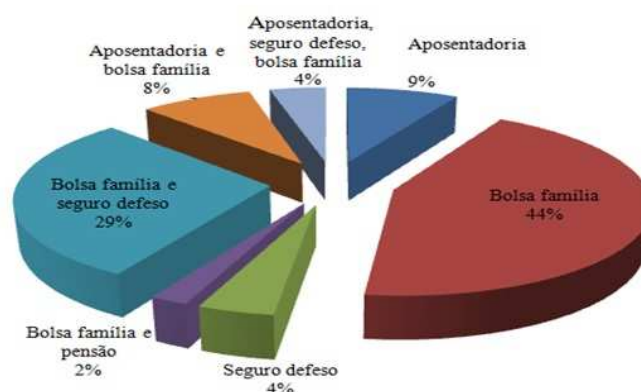


FIGURA 5: Principais benefícios obtidos pelos quilombolas de Icatu

Deste modo, os processos de transformações históricas na comunidade têm de certo modo, implicações nas atuais formas de obtenção de renda pelos agricultores, consubstanciadas em atividades não agrícolas. Em um primeiro momento, no entanto, as transformações fomentaram na liderança comunitária o interesse por novas estratégias na obtenção de recursos, que garantisse o implemento de novas culturas, novas atividades agrícolas. Sendo assim, fazia-se necessário angariar recursos do governo federal através da abertura de linhas de crédito e financiamentos agrícolas. Em função disto, a comunidade passou a se organizar, e criaram a associação quilombola, a qual se fez necessária para que os incentivos governamentais chegassem aos agricultores de Icatu.

A criação da Associação em 13 de dezembro de 1992 marca um momento em que Icatú começa a adquirir condições formais para se desenvolver economicamente, pelo acesso às formas de crédito para a produção oferecida pelo Estado. Não obstante as divergências de opinião entre os moradores, ela é vista com bons olhos pelas perspectivas alimentadas pelos moradores de Icatú, pois muitas são as demandas que podem ser contempladas pelo viés da organização formal. No entanto, ela não agrega a maioria dos moradores, estando praticamente circunscrita a um subconjunto de duas famílias locais.

Segundo REICHERT et al., (2010), de modo geral e na Amazônia em particular, as associações entre grupos camponeses são marcadas pela influência estatal, pois se organizam sobretudo para aceder a programas de crédito, o que configuram uma situação de “associativismo”. Tais políticas têm definido as regras e os objetivos de muitas associações, de modo que a ação coletiva não institucional, relativa à sociabilidade primária, acaba sendo subordinada ao Estado. Neste sentido, várias são as problemáticas resultantes da artificialidade da associação, algumas verificadas na presente pesquisa.

A criação da Associação foi impulsionada principalmente para que conseguissem aceder aos programas de crédito oferecido à época pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, o FNO-Especial⁴. Na ocasião, os moradores pleiteavam o cultivo de pimenta do reino, mas o programa não previa recursos para tal cultura e os recursos foram investidos no cultivo de coco. O

⁴Essa linha de crédito surgiu a partir de intensas mobilizações sociais encabeçadas pelo movimento sindical no Pará. Trata-se de uma linha diferenciada para agricultores familiares que facilitava a relação burocrática com o órgão financeiro (ARIMA, 2000).

processo de financiamento começou em 1994, mas a aquisição das mudas aconteceu em 1995, no município de Baião, compradas de um senhor conhecido por “Souza”, que posteriormente quis comprar o coco produzido. O Sr. S⁵ não chegou a fechar o negócio porque não gostou da qualidade do produto, que seria revendido para uma empresa de sabão. O projeto era direcionado às famílias que possuíssem no mínimo três hectares para o plantio, mas aqueles que não possuíam o tamanho de terra requerido acabaram se juntando a outros proprietários até formarem o tamanho desejado para o cultivo da espécie.

Dentre as cinquenta famílias entrevistadas, dezoito delas receberam os financiamentos para a produção da pimenta-do-reino e do coco, o que corresponde a 36% dos entrevistados. Segundo DUFUMIER (2010, p.42), os projetos de desenvolvimento agrícola caracterizam-se, por ações destinadas a permitir e favorecer a implantação de novos sistemas de produção conforme os objetivos econômicos e sociais estabelecidos: segurança alimentar, geração de divisas, e organização do espaço. Neste aspecto, a pesquisa discorda com as ideias anteriormente apontadas na medida em que as novas tecnologias mostraram-se estranhas à realidade dos agricultores, não garantindo deste modo, a geração de divisa, tão pouco a garantia de segurança alimentar.

Segundo os mecanismos de apreensão desta realidade, os agricultores receberam financiamento do FNO⁶ que privilegiou a implantação de cultivos perenes em detrimento das atividades agrícolas já desenvolvidas, o que de certa forma, desorganizou as formas tradicionais de estruturação do espaço, reduziu significativamente o interesse pelas culturas agrícolas tradicionais, modificou o modo de percepção dos agricultores com o campo atribuindo um caráter estritamente econômico.

Observou-se (65%), não receberam nenhum tipo de crédito ou financiamento; (12%) receberam o financiamento do FNO; (19%) receberam o crédito do PRONAF⁷, e (4%) receberam os dois financiamentos FNO e PRONAF, como demonstra a (Figura 6).

Esses financiamentos foram cedidos para que essas pessoas pudessem implantar novas culturas agrícolas (coco e a pimenta-do-reino). Segundo as informações colhidas pelos questionários aplicados na comunidade 20% dos entrevistados utilizaram o crédito para a implantação do cultivo da pimenta-do-reino; (6%) pessoas usaram o financiamento para desenvolver o cultivo do coco; 10% dos entrevistados empregaram o valor do financiamento e ambas as culturas (coco e pimenta), (64%) pessoas não receberam nenhum tipo de financiamento.

⁵ Termo usado para identificar um produtor quilombola de Icatu

⁶Fundo Nacional do Norte.

⁷ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

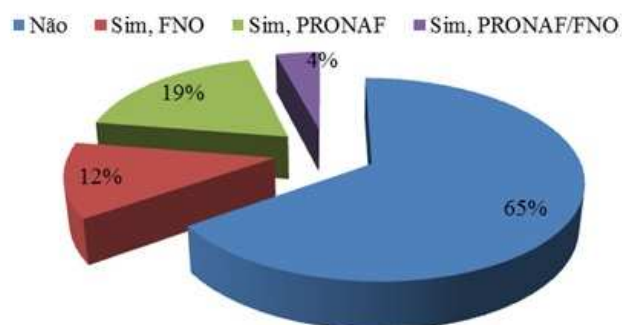


FIGURA 6: Percentual de produtores que receberam financiamento

Na maioria dos casos, a responsabilidade pela articulação das ações dentro da comunidade era da Associação, mas não existe um investimento específico, o que indica que a necessidade primordial é a de alcançar melhoria financeira mesmo que isso signifique aumentar a produção de farinha pelo aprendizado de novas técnicas ou implantar o monocultivo de dendê⁸. O início da movimentação de Icatú, como se expressa um dos informantes, foi marcado por pequenas aquisições que, aliás, caracterizavam os pleitos que precedem a organização formal. Com a oportunidade de acesso ao crédito, a possibilidade de garantia de renda começou a se materializar, até que o projeto pensado pela Associação, como o da construção de uma olaria, conseguiu ser executado, ainda que não tenha atingido o objetivo previsto⁹.

O primeiro presidente da Associação providenciou o barco da comunidade, pensado para atender às necessidades de transporte da madeira beneficiada na serraria que também planejou desenvolver, mas que não durou muito tempo. Segundo alguns informantes, a madeira extraída era da propriedade de uma família apenas e a serraria era aberta à todos que quisessem usá-la, mas devido à pouca oferta de matéria-prima teve que ser fechada. Deu-se início, então, ao processo de financiamento agrícola, e foi o segundo presidente quem deu prosseguimento ao

⁸O atual presidente da Associação tem reunido diversos interessados nos projetos que conduz. Apesar de defender uma agricultura diversificada, ele não se opõe à produção de dendê para a produção de biocombustível. Em 2011 a comunidade recebeu a proposta de uma equipe enviada pela Biovale para a implementação do plantio de dendê e ficou fortemente inclinada a aceitá-la. Como não foi possível por conta das restrições produtivas previstas pela titulação de qualquer área quilombola, agora estuda uma iniciativa que está se consolidando em Baião, encabeçada por um missionário holandês: o cultivo do inajá para a produção do Biodiesel, já que se coaduna com os princípios da produção quilombola. Atualmente ele empreende esforços para a construção de pontos de piscicultura nas propriedades que tiverem condições para tal (em torno de dez), e nesse projeto conta com a parceria da prefeitura. O presidente também está com planos para o cultivo de mudas de cacau e açaí, pois acredita que o mercado local é propício para a venda e ainda conta com o apoio dos icatuenses amplamente interessados no projeto.

⁹ A Associação havia conseguido aprovar o projeto em uma ementa encabeçada por um deputado da época, Luiz Afonso Sefer. A ementa não definia o destino dos recursos que somavam R\$ 24.000, e a presidência optou pela construção da olaria, mas o dinheiro acabou antes que conseguissem construir os fornos. O projeto mantinha uma parceria com a prefeitura e, segundo um informante, a presidência da Associação tinha acesso ao dinheiro, mas mesmo assim não tinham o controle total das transações ou não sabiam como proceder, pois o aluguel de caminhões e compra de material custavam os valores inflacionados de empresas parceiras da prefeitura. O mesmo informante conta que a situação foi tão grave que envolveu inclusive o Ministério Público, já que o então prefeito, Amadeu Coelho Braga, mantinha irregularidades na prestação de contas.

processo, agora com o plantio da pimenta, que era o pleito das comunidades do município de um modo geral.

Nenhuma das culturas continua vigorando, assim como o cultivo do maracujá que seria vendido para a empresa AMAFRUTA¹⁰. No caso da pimenta, a iniciativa não vingou devido à uma doença que inviabilizou a produção em muitas propriedades, de modo que continua sendo mantida por poucos produtores devido às boas condições de venda. O curso de produção de farinha, que é o principal beneficiamento feito na comunidade, também teve ampla aceitação, tendo sido bastante difundido pelos moradores que continuam reproduzindo as técnicas aprendidas.

Importante notar que ocorre em Icatú um processo de apropriação das representações construídas pelos técnicos agrícolas e pela lógica da modernização. Como expôs DELMA NEVES (1987), a modernização implica em domesticação, em civilização, e o que se vê em Icatú não é a negação de projetos civilizatórios, mas a necessidade da concretização de projetos que conversem com as práticas agrícolas tradicionais.

Sendo assim, o que acontece é a utilização de códigos dos projetos desenvolvimentistas por parte dos moradores, que valorizam os recursos materiais e simbólicos disponíveis pelo Estado, como quando requerem máquinas mesmo reconhecendo as dificuldades na gestão de recursos do tipo.

Neste sentido, as alternativas que tentaram ser implantadas em Icatú, bem como outras que ainda estão sendo elaboradas, se configuram como alternativas à economia local, às formas vigentes de organização da produção, do consumo e da distribuição dos bens. As experiências com as alternativas econômicas serviriam para cobrir campos e escalas que a economia local não alcança, ainda que várias experiências até agora realizadas não tenham tido o êxito esperado.

Conforme se pôde notar, os projetos pensados pelas atuais lideranças repercutiriam fortemente no modo de vida de Icatú. Segundo NEVES, “eles (os mediadores) pressupõem que toda mudança social se viabiliza por um trabalho educativo. É por isto que tendem a atribuir para si um papel salvador ou emancipador, pela transmissão de outras visões de mundo e pela incorporação de saberes diversos daqueles de que o grupo mediado se encontra dotado. Deste modo, tentam impor a sua visão de mundo e a das instituições que representam” (COWAN ROS *apud* NEVES 2008, p. 107). Agindo desta forma os mediadores estimulam o distanciamento do modo de vida dos demais, e seus discursos contém elementos que já se encontram nas falas daqueles, ainda que não de maneira única ou homogênea, uma vez que na maior parte dos casos, a comunidade não se trata de um grupo corporado, mas de um grupo com uma pluralidade de visões e interesses.

Em algumas situações, o que ficou claro, é que estas decisões não refletiram a escolha de cultivos ou atividade pessoal do proprietário rural. As imposições sobre quais insumos deveriam comprar e de onde comprá-los inferiu uma incapacidade do produtor de tomar suas próprias decisões agrícolas nos lotes. Sem liberdade para fazer suas escolhas e atrelados ao preço dos fornecedores pré-estabelecidos, muitos produtores tornaram-se inadimplentes, como conseqüência disto houve a perda do privilégio e de crédito.

¹⁰ Empresa beneficiadora de frutos, administrada pela Central Única dos Trabalhadores e FETAGRI/PA, com subsídios e financiamento do Governo do Estado e do Banco da Amazônia, respectivamente. Decretou falência.

CONCLUSÃO

Ao que tudo indica, as novas atividades mostraram-se “estranhas” aos agricultores ainda inadaptados com as práticas culturais e forma de manejo as quais requeriam uma tecnologia mais “acurada”. Os programas de financiamento rural passaram a interpretar os produtores como uma categoria social homogênea. As diversidades produtivas, hábitos culturais e de trabalho na lavoura não foram levados em consideração, o que repercutiu de certa forma nos fracassos dos financiamentos e na situação de inadimplência de boa parte dos agricultores.

Outro fato que contribuiu para que os agricultores não obtivessem êxito, foi a carência de capacitação dos recursos humanos para o desenvolvimento de tais atividades, e ainda, para a administração dos recursos angariados com os financiamentos, sendo este, ainda um impasse a ser superados pelos agricultores ainda hoje.

A realidade atual da comunidade nos permite afirmar que as necessidades de subsistência constituem o fator determinante na escolha dos agricultores sobre o que produzir, e não necessariamente a demanda de mercado local por produtos agrícolas. Ficou evidente que a redução do interesse pelas atividades na lavoura é devida aos subsídios recebidos pelos agricultores, que vêm nessas oportunidades a maneira de garantir o sustento da família. Aliado a isto, os agricultores são, em sua maioria, idosos e, desta forma, o trabalho na roça torna-se penoso, e estes encontram em outras formas de obtenção de renda a válvula de escape para a manutenção e reprodução familiar no campo. No entanto, mesmo com tais dificuldades, a relação dos agricultores com o cultivo da mandioca assume um caráter aqui de ancestralidade e identificação cultural sendo, possível perceber que na maioria dos lotes agrícolas esta cultura é a principal atividade.

REFERÊNCIAS.

ALVES, K. S.; DA MOTA, D.M. Organização do trabalho familiar do espaço rural paraense: novos arranjos na organização do trabalho e na gestão das unidades de produção. *Interdisc. INTER thesis, Florianópolis*, v.9, n.2, p.191-215, Jul./Dez. 2012.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Bolsa Família. 2012. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em: 27 set. 2014.

CAJADO, D. M.; ESMERALDO, G.; PAULA, L. A. de; ALENCAR, J. de; MAYORGA, M. A economia da unidade familiar camponesa de produção: estudo de caso. *Revista de desenvolvimento econômico*. Salvador, Bahia, v. 15, n. 27, p. 42- 54, 2013.

CARVALHO, H. M de. **De produtor rural familiar a Camponês**. A Catarse Necessária. www.landaction.org/spip/IMG/pdf/3artigodomes_2009.pdf. Acesso em setembro de 2014.

CAZELLA, A.A.; BONNAL, P.; MALUF, R.S. (Orgs.) **Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, NEAD, IICA, 2009. 301p

CHAYANOV, Alexander. 1974. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Editora Nueva Vision.

COWAN ROS, Carlos. Mediação e conflito: lógicas de articulação entre agentes de promoção social e famílias camponesas, no norte da Província de Jujuy, Argentina. In: NEVES, D. P. (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

CRUZ, K. C. M. S. **Subsídios para a elaboração e implementação de políticas públicas com recorte de gênero e raça na agricultura familiar**. 2012. UPIS Faculdades Integradas Planaltina-DF – Brasil.

DUFUMIER, M. **Projetos de Desenvolvimento Agrícola: manual para especialistas**. Salvador: EDUFBA, 2010. 326p.

ELLIS, Frank. 2000. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Comunidades Quilombolas Certificadas. www.palmares.gov.br. Acesso em: Set. de 2014.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354.

MARIN, R. A.; CASTRO, E. R. Mobilização política de comunidades negras rurais. Domínios de um conhecimento praxiológico. **Novos Cadernos NAEA** vol. 2, nº 2 - dezembro 1999.

MARQUES, Carlos Eduardo. **De quilombos a quilombolas: notas sobre um processo histórico etnográfico**; 2010. Disponível em: http://WWW.cedefes.org.br/index.php?p=afro_detalle&id_afro=2224 Acesso em 11 de agosto de 2014.

MAUAD. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.), 2003.

NEVES, Delma Pessanha. As políticas agrícolas e a construção do produtor moderno. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 143-177, 1987.

_____. Mediações sociais e mediadores políticos. In: NEVES, Delma Pessanha. **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/PGDR/NEAD, 2008.

REICHERT, L.J.; J.A.D. MACHADO; M.C. PADILHA; M.C. GOMES. 2010. **Compreendendo a tomada de decisão de produtores de batata em transição agroecológica no município de São Lourenço do Sul/RS**. In: Congresso

De Agroecologia E Agricultura Ecológica Em Galícia, 3,
Vigo: Gieea.Uvigo, Espanha.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil.** Estudos sociedade e agricultura, 2013.

SILVA, D. F; OLIVEIRA, F. L; SILVA, E. A. Análise dos sistemas agrários de três comunidades remanescentes de quilombo no Vale do Mucuri, Minas Gerais. **Revista Verde (Mossoró-RN-Brasil)** v.6, n.5, p. 25–32, dezembro de 2011.

SIMONI, J. **A revitalização do extrativismo: práticas de economia solidária e sustentabilidade.** Recuperado em http://desafios.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mecado_de_trabalho/mt42/07_Eco_01_revitalizacao.pdf, 2010.

TRECANNI, G. D. **Terras de Quilombo:** caminhos e entraves do processo de titulação. Belém: SJDH, Raizes, 2006.

WANDERLEY, M. N. B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas** – o rural como espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro RJ 2000.